

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
PAREDES DE COURA**



**ATA N.º 04/2020  
(Mandato 2017/21)**

**DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2020**

**CONTÉM 37 PÁGINAS**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 04/2020 (MANDATO DE 2017/2021) DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO, INICIADA ÀS 21H00 E CONCLUÍDA ÀS 01H40

Sumário Páginas

<b>= ABERTURA = .....</b>	<b>3</b>
<b>PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.....</b>	<b>4</b>
<b>LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA.....</b>	<b>4</b>
<b>APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES .....</b>	<b>4</b>
<b>INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS.....</b>	<b>7</b>
<b>= ORDEM DO DIA =.....</b>	<b>24</b>
<b>INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO.....</b>	<b>24</b>
<b>PLANO DE ATIVIDADES, ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADE .....</b>	<b>24</b>
<b>CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO .....</b>	<b>31</b>
<b>DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO .....</b>	<b>31</b>
<b>LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS .....</b>	<b>32</b>
<b>RECUSA DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA SAÚDE.....</b>	<b>32</b>
<b>REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DE 2020.....</b>	<b>33</b>
<b>ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO .....</b>	<b>33</b>
<b>INTERVENÇÃO DO PÚBLICO .....</b>	<b>36</b>
<b>ENCERRAMENTO .....</b>	<b>37</b>



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### = ABERTURA =

----- No dia dezoito do mês de dezembro de dois mil e vinte, no Centro Cultural de Paredes de Coura (tendo em conta a circunstância epidemiológica atual associada à COVID19, como medida de proteção civil e de forma a que seja assegurada a distância exigida entre os membros), sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado por Perfeita Barreiro de Araújo Esteves e Elizabete Dantas Afonso Rodrigues, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 02 de dezembro, convocada pelo edital do dia 04 de dezembro do ano de dois mil e vinte.-----

----- Registou-se a falta dos seguintes membros: Palmira Ribeiro da Costa (PS); Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS) Celina Araújo de Sousa (PCP/PEV); Sónia Guida da Silva Araújo (PPD/PSD); António Soares Gonçalves Pereira (PS), Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS) que nos termos legais, procederam à respetiva justificação.-----

----- Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto Brito Pacheco (PS); Manuel Pinheiro Monteiro (PS); João Manuel da Cunha (PPD/PSD); Perfeita Barreiro Araújo Esteves (PS); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); Iolanda Maria Cerqueira Pereira (PS); Ricardo Carlos de Sousa Marinho (PPD/PSD); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); José Augusto Amorim Oliveira (PS); Palmira Ribeiro da Costa (PS); Elizabete Dantas Afonso Rodrigues (PS), Tiago Filipe Soares Castro de Sousa (PS); Rosalina Maria Barbosa Martins (PS), Jorge Santos da Rocha (PS), presidente da junta da freguesia de Agualonga; Celestino Rodrigues (PS), presidente da junta da freguesia de castanheira; Luís Miguel Barbosa Montenegro (PS), presidente da junta da freguesia de Coura; Manuel Lopes Fernandes (PS), presidente da junta da freguesia de Cunha; Bruno Miguel Amorim Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Infesta; Armando Alves Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Mozelos, presidente da junta da freguesia de Padornelo; José Alberto Rosas Mota (PS), presidente da junta da freguesia de Parada; António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães; David Jorge Pires Saraiva (Independente) presidente da junta da freguesia de Rubiães; Sérgio Miguel Barbosa da Costa (PPD/PSD), presidente da junta da freguesia de Vascões; Armando Ferreira Feijó (PS), presidente da união das freguesias de Bico e Cristelo; Laurentino Manuel Pereira Alves (Independente), presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares; Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras; Cláudia Isabel de Moraes Pires de Lima (PS), presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende.-----

----- Do presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Maria José Brito Lopes Moreira (PS); Vítor Manuel Rosas da Silva (PS) e Sérgio de Sousa Caselhos (PS).-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Substituições:-----  
Palmira Ribeiro da Costa (PS) foi substituída por Manuel Miranda. -----  
Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS) foi substituída por Marta Lopes Dantas. -----  
Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS) foi substituído por Goreti Rodrigues, tesoureira na Junta de Freguesia. -----  
Celina Araújo de Sousa (PCP/PEV) foi substituída por José Manuel Alves. -----  
Sónia Guida da Silva Araújo (PPD/PSD) foi substituída por José Augusto Sousa. -----  
António Soares Gonçalves Pereira presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira; (PS) foi substituído por Amílcar Duarte da Cunha Ribas, secretário da UF. -----

### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Assembleia, verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão. -----

De seguida apresentou ao plenário a proposta de retirar o ponto três da ordem do dia e incluir as propostas de 3ª Revisão aos Documentos Previsionais do ano de 2020 e de Estratégia Local de Habitação do concelho de Paredes de Coura. -----

**Submetidas à votação foram aprovadas unanimidade: retirar o ponto 3 e incluir os assuntos de 3ª Revisão aos Documentos Previsionais do ano de 2020 e de Estratégia Local de Habitação do concelho de Paredes de Coura, respetivamente como pontos 7 e 8.**-----

### LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA

**Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação da ata da sessão ordinária realizada no dia 13 de outubro de 2020.**-----

**A proposta de ata da sessão anterior, oportunamente distribuída e dispensada de leitura, depois de submetida à votação foi aprovada, por maioria, com uma abstenção do PSD.** -----

Não participaram na votação os membros que não estiveram presentes na reunião a que a ata respeita: José Manuel Alves (PCP/PEV) e Amílcar Duarte da Cunha Ribas, secretário da UF de Formariz Ferreira.-----

Da leitura do expediente, o presidente da Assembleia destacou a resposta à proposta aprovada na sessão desta Assembleia de 13-10-2020, em que era solicitada a redução das portagens na autoestrada A3, no Alto Minho, que se anexa a esta ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

### APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES

**Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções.** -----

**Presidente da Assembleia:** Informou da inauguração de requalificação dos espaços desportivos da Escola Secundária de Paredes de Coura que teve a participação do senhor Ministro da Educação o senhor doutor Tiago Rodrigues Brandão, cerimónia que decorreu hoje dia 18-12-2020, pelas 15h00. ---



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Presidente da Câmara:** Sublinhou que o momento da inauguração de requalificação dos espaços desportivos da Escola Secundária de Paredes de Coura foi importante para Paredes de Coura. Após a recuperação e requalificação da maior parte dos equipamentos ao serviço da educação, não fazia sentido ter um pavilhão e espaço para a prática de atletismo muito degradados. Depois de celebrado, há um ano atrás, aquando da inauguração da escola, o contrato programa em que o Ministério da Educação assumiu o compromisso de financiar metade das obras, houve uma derrapagem e o Município de Paredes de Coura acabou por pagar mais cem mil euros, considerando que os professores entendiam que a pista de atletismo devia ter melhores condições. Assim, pela primeira vez a escola tem condições dignas de conforto e segurança além de um conjunto de equipamentos que poderão estar ao serviço da prática desportiva. -----

Agora que estão criadas as condições para que o desporto escolar em Paredes de Coura ganhe outra dimensão, é um momento para todos de celebração e orgulho, tanto para a Câmara Municipal como para a oposição pela insistência na sua materialização. -----

**Daniel Cerqueira, pelo Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou três votos de pesar:**

**A Francisco Cândido da Silva Abreu Barreiro**, ex-vereador da Câmara Municipal no mandato de 1993/1997, que se anexa a esta ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

**A José Brandão Pinto**, ex-presidente da Junta da freguesia de Cunha por dois mandatos autárquicos, de 1989 a 1997, que também se anexa a esta ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

**Ao Reverendo Padre Eurico Pinto**, *“o desaparecimento do reverendo Padre Eurico da Silva Pinto, que foi pároco da Vila e de Resende durante 36 anos e em que a Câmara Municipal em boa hora o condecorou pelas suas ações tendo, pelo seu desaparecimento, decretado luto municipal e um voto de pesar em reconhecimento das suas características.* -----

*Não vou falar das suas características enquanto sacerdote que era exímio na liturgia, mas falo nas suas qualidades enquanto ser humano e também nas suas qualidades na defesa de Paredes de Coura, às quais pude assistir, muitas vezes até contra os seus conterrâneos. Há sempre picardias entre concelhos vizinhos, aqueles bairrismos exacerbados e o Padre Eurico defendeu a nossa terra mais de que muitos courenses. Vi o Padre Eurico colaborar com o Município no que foi preciso, exposições, contactos, restauro e luta pela preservação do nosso património, sendo a Igreja do Espírito Santo, tanto no seu interior como no exterior exemplo disso, das nossas capelas, dos nossos cruzeiros. Também colaborou com as Festas do Concelho, quando, estas eram organizadas mais diretamente pela Câmara Municipal. Procurou, por exemplo, que fossem construídos os coretos que ainda os temos aí, os arcos com o símbolo do concelho. Em suma defendeu muito, muito o nosso concelho e será sempre recordado pela obra, como líder pastoral e por ser amigo de Paredes de Coura.* -----

*Assim, propunha um minuto de silêncio em sua memória e que fosse dado conhecimento à sua família.*

O presidente da Assembleia realçou ainda o seu papel de capelão no quartel dos Bombeiros, mais recentemente, e o seu papel no cortejo etnográfico. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Todos os votos foram aprovados por unanimidade.**-----

**Em homenagem, foi guardado um minuto de silêncio por cada uma das pessoas desaparecidas.**

**José Augusto Sousa (PPD/PSD):** Propôs um voto de rápido restabelecimento à secretária da mesa Luisa Maria da Costa Gomes de Castro, para que volte logo à sua vida habitual, há já bastante tempo num processo de recuperação de saúde. -----

**Presidente da Câmara:** não está em questão a amizade que nutrimos pelas pessoas, mas a fazer votos de recuperação, não tarda estamos a fazer votos de aniversário, ou seja, de certo modo, estamos a tirar alguma solenidade a estas atribuições. Isto não mede a minha relação pela Dra. Luisa Castro que é do maior respeito e da maior admiração. Concordo com o voto, mas faço a ressalva de que devemos ter moderação em fazer votos. Apenas isso. Mas também respeito a proposta e junto-me a ela. --- -----

**João Cunha (PPD/PSD):** Eu só queria dizer que faz todo o sentido aquilo que o Senhor Presidente da Câmara acabou de dizer, mas também quero chamar a atenção para o modelo de atribuição de medalhas, no dia do concelho, que, de qualquer das formas, mais parece um modelo de cativação de votos do que propriamente o resto. Assim, entendo que se justifica aquilo que o Presidente da Câmara disse. --- -----

**Manuel Monteiro (PS):** Eu quero associar-me a esta discussão relativamente à proposta do Dr. José Augusto que tem algum sentido do ponto de vista da nossa dimensão de Assembleia e da nossa proximidade enquanto cidadãos e enquanto munícipes. Somos uma comunidade com oito ou nove mil pessoas que todos nos conhecemos e, deste ponto de vista, a relação institucional quase se funde com a relação pessoal, nesse sentido associo-me à proposta e acho que devemos sobretudo desejar rápidas melhoras.-----

Agora, a discussão acessória que o senhor membro da Assembleia João Cunha tentou introduzir penso que é uma discussão interessante também. Mas a democracia é feita de rituais, de cerimoniais e de celebrações, por isso e enquanto membro da Assembleia tem toda a legitimidade para fazer uma proposta de alteração ao regulamento de atribuição das medalhas. Também está na sua mão, se quiser trazer a esta Assembleia, a proposta para alteração. -----

Mas de qualquer maneira, e se essa discussão for importante e tão significativa do ponto de vista da cativação de voto e que vos causa algum engulho, cá estamos para o discutir. Mas repito, a democracia é feita de rituais, de cerimónias e de reconhecimento, porque a dedicação à causa pública tem sempre uma necessidade de reconhecimento público. -----

**João Cunha (PPD/PSD):** Só quero relembrar ao líder da bancada do Partido Socialista que a atribuição de medalhas de mérito foi proposta do PSD. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS

#### Ponto n.º 3 – Interpeleções ao Presidente da Câmara Municipal. -----

**Por Tiago Sousa do Grupo Municipal do PS foi apresentada a moção que se transcreve a seguir:**

“A empresa ADAM – Águas do Alto Minho assumiu o abastecimento de água de Paredes de Coura e mais seis concelhos do Alto Minho em 1 de janeiro de 2020 e nos primeiros meses de atividade foram reportados problemas que ficaram a dever-se à migração e integração dos sistemas dos vários sistemas de faturação de cada umas das Câmaras num único sistema informático. Em termos práticos, nestes dois meses consecutivos, mais de 15% das faturas foram emitidas com erros, alguns dos quais, não fossem trágicos, seriam cómicos. -----

Foram essas dificuldades que justificaram a suspensão da faturação que, em junho de 2020, foi retomada com relatos de casos de leituras incorretas e estimativas altas, justificadas também pelo contexto da pandemia que dificultava o acesso aos contadores. -----

Não se coloca em causa a veracidade dos problemas, mas, mesmo admitindo que todas as justificações que foram apresentadas são válidas, o facto é que passaram 12 meses; passou um ano, e continua a ser um problema diário para as pessoas o funcionamento da ADAM. -----

Como é público, a faturação não está estabilizada e continuam a existir situações que necessitam ser corrigidas, apesar de, com toda a razão, estar esgotada toda a tolerância e réstia de paciência das pessoas. -----

Recorde-se que a subsídio municipal (aprovada por esta assembleia) começou a produzir efeitos a partir do mês de março de 2020 e, por cada fatura, o Município está agora a subsidiar 5,5 euros o que reduz em muito o aumento do preço da água que ocorreu com a adesão. -----

Fazendo bem as contas, a subsídio reduziu o custo da água e aproximou-o muito do custo que os clientes tinham antes da entrada em atividade da ADAM. Para exemplificar, numa fatura de 30 euros (a média para um agregado familiar de 4 pessoas), este valor de subsídio representa 5,5 euros, ou seja, aproximadamente cerca de 20%. Esta subsídio municipal representa um investimento de cerca de 200.000 euros anuais, compromisso que foi aprovado para os próximos dois anos na última sessão desta assembleia e que exemplifica bem o esforço financeiro Municipal para aligeirar o encargo económico das pessoas. -----

Por este motivo, parece-me claro que o problema e a origem da insatisfação dos clientes não se prende já com o preço da água, mas sim com a falta de confiança dos clientes na forma de atuar da empresa. -----

Note-se que a fatura de acerto com cinco meses acumulados, além do valor assustador em alguns casos, foi enviada duas vezes para os clientes, gerando o pânico. Além disso, em muitos casos foi recebida depois do valor ter sido debitado da conta bancária dos clientes ou já com a referência de pagamento expirada. -----

O atendimento das reclamações, por sua vez, tem sido desde o princípio, e continua hoje, caótico: a linha telefónica não dá resposta suficiente e está muito tempo inoperacional. -----

MANDATO DE 2017 A 2021



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Na loja, as filas de pessoas acumulam-se, à chuva e sem quaisquer condições, muitas vezes gerando conflitos entre os clientes para poderem ser atendidos. É impossível que a única pessoa que faz atendimento na loja, por muito sacrifício e boa vontade que tenha – e tem, responder a todos. Por outro lado, a autonomia dada a quem atende é praticamente nula porque tudo tem de ser autorizado em Viana, o que aumenta ainda mais, a carga burocrática. Mesmo em termos de informação, é muito complicado que haja uma resposta pronta porque as pessoas estão a começar do zero.-----*

*Como se percebe do histórico de arranque catastrófico desta empresa, o problema neste momento não é o preço da água que, como se disse, está diminuído o impacto pela subsidiação, é um problema de desempenho e organização da empresa. As redes sociais ridicularizam a situação e, para ilustrar, diz-se que o arranque da empresa deu um novo sentido à expressão: meter água e até já há quem defenda que em vez de ADAM o nome da empresa deveria ser ERRAM.-----*

*Quem como eu fala com muitas pessoas porque tem um negócio ou uma porta aberta, percebe que as pessoas comuns que tem dificuldade em compreender uma fatura perderam a confiança, estão cansadas e desorientadas, por isso neste momento não há mais qualquer tolerância para que esta situação se arraste. -----*

*Temos noção que está em curso um investimento de cerca de um milhão de euros no concelho (e consta-se que outros já em projeto) para construir finalmente uma ETAR e as ligações em falta de uma rede de saneamento que vai servir as freguesias de Cossourado e Rubiães – as únicas do concelho que não o tinham. Sendo certo que, por todos é sabido que o financiamento comunitário que garantiu este investimento só foi conseguido porque o Município aderiu à parceria das águas. -----*

*Por isso, não está em causa a racionalidade da decisão de adesão à parceria que, acredito, todos entendemos que seria uma inevitabilidade.-----*

*O que está em causa neste momento é considerarmos que assim não podemos continuar. Não é possível manter-se esta situação, não importa de quem seja a culpa. Basta! -----*

*O que propomos aqui é aprovação de uma moção por esta assembleia que, com o objetivo de pôr cobro a esta situação insustentável, recomende à Câmara Municipal seja transmitido à ADAM um ultimato formal para a regularização da situação até ao final do mês de janeiro de 2021.-----*

**Presidente da Câmara:** Primeiro ponto: as pessoas, estão de facto, com a sensação de abandono pela Câmara Municipal, o que não corresponde à verdade.-----

Quando as pessoas inserem no Facebook fotografias de pessoas alinhadas à chuva à porta do Balcão da ADAM em Paredes de Coura têm razão, obviamente, só pessoas sem bondade humana e sem capacidade de se colocarem no lugar dos outros ficariam indiferentes. Ainda hoje falei com um administrador da ADAM e pedi-lhe que nos enviasse as faturas com o histórico para analisarmos e verificar a existência de desfasamentos, já que a empresa continua a cometer inúmeros erros. Pôs-se com um conjunto de reflexões, de envio das faturas em dias certos, respondi-lhe que as pessoas pensam de forma simples e o que querem é uma fatura certa, se vem no princípio ou no final do mês isso não tem qualquer importância. De facto, toda esta situação deixa as pessoas simplesmente





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

indignadas e admiradas, ou seja, quando todo o processo era certinho, o que está a acontecer é completamente absurdo e as pessoas, claro, têm o direito de reclamar. Passados tantos meses nem a faturação conseguiram acertar. É evidente que podemos compreender um pouco esta situação da empresa considerando que a migração de dados causou muitos problemas, mas a verdade é que, passado todo este tempo, a situação ainda não está resolvida. E não pensem que esta situação não está a doer. Dói à Câmara do PS de Paredes de Coura, dói à Câmara do PSD em Arcos de Valdevez e isto não é uma questão ideológica, é também uma questão política. Agora, no fundo, ninguém abandonou ninguém. Nunca, durante estes dias, estive tão próximo das pessoas e vi que é urgente mudar e vai mudar com algumas medidas pedagógicas e de ajuda às pessoas. Vai mudar também com algumas atitudes que, porventura, terão de ser tomadas. Vamos passar em primeiro lugar às medidas que considero mais pedagógicas, que são de algum voluntarismo e de ajuda aos problemas das pessoas. Obviamente, se tomarmos como exemplo um casal com dois filhos que ganhe pouco mais do que o ordenado mínimo, qualquer flutuação no rendimento familiar cria problemas. E nós temos é de acabar com esta balbúrdia, porque sinceramente já estamos fartos.-----

Temos recebidos pessoas revoltadas pelas longas esperas nas filas à chuva e temos falado com elas. Para resolver esse problema, vamos tentar implementar um sistema de apoio à gestão das reclamações nos serviços de águas da Câmara Municipal. -----

Não podemos afirmar que a maioria sejam erros, mas só o facto de receber uma fatura com cinco meses de consumo já se torna insuportável para o orçamento das famílias. É evidente que podem pagar por prestações, mas o certo é que é mais cómodo efetuar o pagamento atempado. -----

Pedia também aos presidentes de junta que colaborassem para evitar aquelas filas. Se as pessoas das respetivas freguesias têm dificuldades, ou até acham que já pagaram as faturas e ficam com a sensação de terem pago a mais, que entreguem as faturas aos senhores presidentes de junta para, junto dos serviços da Câmara Municipal e esta junto da ADAM, exigir explicações. Este processo tem de ser transparente.-----

Existem também muitas situações que se prendem com fugas. A ADAM até comunica às pessoas quando verifica consumos exorbitantes. Sabemos que as pessoas não têm mecanismos para as verificar, mas a Câmara Municipal colocará à disposição das pessoas dois técnicos para averiguarem se facto existem ou não fugas. Convém ressaltar que a Câmara Municipal não pode realizar conserto de fugas aos privados, mas pode identificá-las para que os munícipes tratem da sua rápida reparação. Além da subsidiação que já fazemos, faz sentido apoiar a restauração e já estamos a ver como resolver esta situação do ponto de vista legal porque, se bem se lembram, há uma ou duas semanas atrás este era o setor que apresentava mais problemas. A restauração está a passar, juntamente com a hotelaria, um período de crise, talvez dos mais terríveis a que assistimos nos últimos anos. É um setor que estava a tentar recuperar no início do verão depois de algum abrandamento. Entretanto, os casos subiram novamente, de forma exponencial. Foram impostas novamente medidas ainda mais restritivas e a restauração entrou outra vez numa situação de subfaturação com os rendimentos a baixarem de forma drástica. Perante esta situação, ao surgirem faturas de cinco meses de consumo,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acaba-se por destruir todos os esforços de sustentabilidade financeira. Portanto, faz sentido ajudar as pessoas, porque a sobrevivência do seu negócio nesta altura pode ser a diferença entre continuar fechado ou abrir com alguma dificuldade e procurar, sobretudo, resistir. Vamos reforçar as medidas de apoio ao setor da restauração. -----

Sabemos que os subsídios que demos, sobretudo a alguns idosos e a algumas famílias em situação de carência, irão servir para atenuar o impacto na fatura mensal, o que irá acontecer no próximo mês e aí terão obviamente a noção do apoio. Em faturações de cinco meses, o apoio dilui-se e acaba por perder o impacto. -----

Vamos também dar um apoio social para pagamento de faturas sobretudo a famílias carenciadas e há também uma oportunidade única para as famílias numerosas. Sabemos que há muitas pessoas que reúnem essas condições. Por erro nosso, ou até por inexistência de informação, há agregados com cinco elementos que não sabem que, se solicitarem o pedido de consumo para família numerosa, têm cinquenta por cento de redução na faturação. -----

Outra situação de faturas com valores exorbitantes foi a de muitas pessoas que construíram as suas casas e, concluídas as obras, não requereram a substituição dos contadores temporários por contadores domésticos. Essas situações originaram aumentos da faturação na ordem dos sessenta por cento e muitas dessas faturas de valores exorbitantes foram publicadas na internet, o que é compreensível porque as pessoas estavam revoltadas, mas esqueceram-se que tinham contadores temporários. Nessas situações, exigimos que às pessoas a quem foram cobradas taxas de contadores temporários durante cinco meses, lhes fosse creditada a diferença do tarifário normal para o tarifário temporário -----

Há outras situações de faturas que penalizam as pessoas de forma violenta, porque enquanto o Município tinha três leitores/cobreadores a informação dos consumos era mais próxima do real. A empresa, em Paredes de Coura, tem apenas um leitor cobrador que avalia os consumos por estimativa, tendo como referência os consumos do verão, época de maior consumo. É evidente que a empresa nos respondeu não haver problema e que no mês seguinte creditava o dinheiro na conta dos consumidores. No entanto, já o tinham retirado.-----

É obrigatório recrutar mais leitores/cobreadores para que as leituras sejam mais reais, aspeto que devia fazer parte da moção. -----

Todas as Câmaras que aderiram estão a ficar saturadas desta situação, até porque todos os presidentes de Câmara temem, e estou a ser o mais frontal possível, que esta situação os possa penalizar em termos eleitorais. -----

É claro que as pessoas pensam que aderimos porque eu tenho um projeto secreto de ganhar cinco mil euros ou de trabalhar para a ADAM, mas digo-vos que não é o dinheiro que me move. Teria vergonha de ter tomado esta decisão e a seguir ir trabalhar nessa empresa. Nunca trabalharei na ADAM e nunca recebi ou receberei qualquer dinheiro da ADAM. Obviamente que isto é tão estranho que as pessoas não acreditam porque as pessoas, infelizmente, acham que todos os políticos são desonestos. Em relação a sermos penalizados, não há problema nenhum porque já disse que não estamos cá para





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**José Augusto Sousa – PPD/PSD:** aquilo que me surpreendeu na explicação, muito exaustiva, é que a culpa é das pessoas porque não reclamam. A culpa é das pessoas porque não percebem, a culpa é das pessoas que não sei o quê, em vez de se dizer, a culpa foi nossa porque decidimos participar nesta história. Segundo, porque não planeamos perfeitamente a transmissão desta história e terceiro, porque aquilo continua a ser um erro. E em vez de dizermos, a culpa foi nossa e errámos, não planeámos, e devíamos ter planeado, devíamos ter testado e depois sim avançar. Eventualmente e mesmo atendendo que o PSD considere um erro, avançava e aí tinham o processo todo correto, não havia solavancos. -----

Falou na história dos leitores/cobreadores. Já sabíamos que ia haver só um. Estava no caderno de encargos. Quem é que votou a favor? -----

Já se sabia que iam aumentar a água e se ficasse na Câmara também tinha que aumentar, é verdade, tínhamos de aumentar a água, mas aumentávamos de acordo com os nossos critérios, éramos nós que mantínhamos a gestão. Eu disse isto na assembleia em que isto foi votado, antecipei todos estes problemas e agora passados cinco meses é que vamos tomar todas estas medidas. Estas medidas deviam ter sido tomadas antes, no planeamento. Na minha ótica, isto já ultrapassou os limites. Não é verdade que os fundos estruturais estejam condicionados à ADAM. Não é verdade! Está na lei. E se quiserem, discutimos a lei a seguir. -----

Na verdade, eu já ouvi alguns colegas do senhor presidente, de uma Câmara do PSD dizer “se fosse hoje não entrava”. Foram todos e rigorosamente todos, a correr fazer esta história, antes do período eleitoral, mas está a cair-lhes tudo em cima. Porque uma coisa mal planeada, mal feita, mal decidida, só tinha que dar nisto. Não sei do que é que se admiram. Foi mal feito, mal estudado, mal planeado e mal decidido. A culpa é destes senhores e não só destes senhores, mas da maioria da Assembleia que votou a favor. Quando passamos pelas freguesias e as pessoas reclamam, cada um que votou a favor tem de por a mão no peito. A culpa também é minha, porque tudo isto era antecipável. Foi tudo isto que transmiti na Assembleia que aprovou esta situação. Mas se quisermos ir mais atrás, o maior erro foi vender a rede em alta. Mas esta situação foi aprovada com os votos contra do PSD. -----

Dou os parabéns à moção, mas devia ser preparada para o Sr. Presidente justificar esta situação. ----- Mas o PSD tem uma proposta para apresentar a seguir, que vai mais longe. -----

**Manuel Monteiro (PS):** vemos algum entusiasmo no PSD com esta questão e, além do entusiasmo, há exageros e o exagero passa por dizer – não planeamos, não testamos, não previmos. Essa Assembleia Municipal foi longa, durou até as 3h00 da manhã, e, portanto, foi exaustivamente discutido. E lembro-me bem de todas as questões que foram postas e de todas as decisões que foram tomadas. Mas olhe lá, não planeamos, não testamos, não previmos não tem a ver nada com a empresa, com a ADAM? Ou terá a ver com a tomada de decisão que foi tomada na assembleia. Querem ver que, nós na decisão, tínhamos de testar, planejar, integrar base de dados, escolher o sistema faturação, era isso tudo que devíamos fazer. Não misture as coisas. Uma coisa foi a decisão política, que está mais do que clara e mais do que esclarecida. Nós não temos que planejar, não temos que testar, temos sim que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

obrigar a planear, como deve ser. Temos sim que obrigar a testar e temos sim que protestar porque quem tem obrigação de integrar o sistema que sirva os clientes e todos munícipes é a ADAM. Independentemente das questões e da dimensão da decisão que tomarmos aqui. Aliás, como anunciou o sr. Presidente, a paciência tem limites e o contrato prevê numerosas possibilidades de reversão. Se assim for, cá estaremos para discutir. -----

**João Cunha: PPD/PSD:** depois desta demagogia toda que acabei de ouvir por parte do líder da bancada do Partido Socialista não sei se alguém percebeu qual era a mensagem e qual era o conteúdo. Não sei! -----

Apenas quero dizer, tal como disse o colega de bancada Dr. José Augusto, que nós temos uma moção para ser apresentada pelo colega Ricardo Marinho. Também não quero adiantar muito mais para não retirar espaço. Acho que o sr. Presidente da Câmara está numa posição difícil e está a fazer o papel de advogado do Diabo, porque escolheu esse caminho, não porque não o tivéssemos avisado a tempo e horas, não porque não tivesse opção. -----

Neste momento, vou-me centrar na parte final da apresentação do discurso exaustivo que o presidente da Câmara fez, mas chegado ao final e assumindo que realmente as coisas não estão bem, assumindo que nós estamos enredados numa trapalhada. Mesmo pelas soluções que possam ser apresentadas, não sei como é que as famílias numerosas vão ser ressarcidas. Ocorre-me uma destas situações em que uma família numerosa em termos de consumo de água depressa trepa do primeiro para o segundo escalão e do segundo para o terceiro e a diferença de preços por metro cúbico é brutal. Não sei como é que a Câmara pensa ressarcir essas famílias do dinheiro que já gastaram. Há uma série de situações e, só não vê quem não quer ver, divulgadas no Facebook e noutras redes sociais. Aquilo não é tudo mentira, mas já nos vamos habituando. O Partido Socialista quando não interessa, são notícias falsas, quando interessa vem o polígrafo. O problema merece toda a nossa atenção e o acorrer de todo este público não é pelos melhores motivos. Para finalizar, se o senhor presidente da Câmara e o atual executivo acham que temos um problema em mãos, porque já estamos fartos e a chegar ao fim da linha, para quando a denúncia do contrato? -----

**Tiago Sousa (PS):** Queria agradecer a resposta do Sr. Presidente. Realmente deu a entender que estão preocupados e estão a tentar resolver o assunto que tem trazido algum ruído e alguma contestação. É importante termos essa preocupação e percebemos que estão atentos à situação. É fácil criticar, apontar o dedo, mas quando se aponta e quando se crítica deve-se, também, sugerir uma resolução do problema e não apenas criticar só por criticar. Podemos perceber qual é o problema e qual é a ideia que temos para a resolver e nunca apontar o dedo de que fizeram mal ou fizeram bem, até porque já não há discussão possível. Somos todos adultos e o ideal seria nunca ninguém estar a tentar achar que o próximo é menos inteligente ou que não tem ideias próprias sobre qualquer assunto. Nunca se deve julgar as pessoas independentemente de quem seja. Somos todos iguais. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**José Augusto Sousa – (PPD/PSD):** Não houve, em qualquer ponto da minha intervenção, intenção de menosprezar quem quer que fosse. -----

**Presidente da Assembleia:** foi uma decisão desta assembleia e pode parecer que a tomou de olhos fechados, mas não. Foi consciente das opções que existiam. E, sobretudo, das consequências que poderiam ocorrer para o município caso não aderisse a esta solução a que outros municípios de diferentes cores partidárias também aderiram. Eu acompanhei bastante a vida política autárquica do anterior presidente, Pereira Júnior, que teve aspetos positivos, louros de ter promovido a distribuição da água e do saneamento. -----

Isso também trouxe um custo. Paredes de Coura foi pioneira, foi dos primeiros concelhos a ter o saneamento e a água em larga escala e isso tem as suas consequências. E, quando votámos aqui, estávamos conscientes dos aspetos negativos se não aderíssemos a esta solução. Os encargos para o município seriam no futuro muito mais significativos. Mas, como o sr. Presidente disse, todas as situações podem ser corrigidas, mas os contratos são contratos e certamente que esta câmara e esta vereação, e também os membros desta assembleia, estão conscientes dos problemas e tudo farão para os resolver. -----

**Manuel Monteiro (PS):** Estávamos conscientes de que tudo estava incluído no contrato, não estávamos era, conscientes desta trapalhada, que é o que aqui está em causa. -----

**Presidente da Assembleia:** Isto só vem dizer que os privados não são melhor que os públicos. É uma concessão pública, mas é uma gestão privada. -----

**Presidente da Câmara:** Primeiro ponto, Coura não tem propriedade da água se vocês dizem que Coura ou o Município têm a propriedade da água, é a mesma coisa que dizer que o Corno de Bico é de Paredes de Coura. E então podemos vendê-lo? É como vender a Serra da Estrela. A Câmara da Covilhã vender a Serra da Estrela. São bens do Estado, são de direito público. Não podem ser vendidos. Uma água nunca pode ser vendida. E há privados na água? Há. Mesmo nos setores privados como a ABB, onde trabalha o dr. José Augusto, fazem gestão de água. Agora provem que ABB é proprietária da água ou qualquer outra empresa. Em Portugal não podem comprar água. A água não se pode comprar nem vender. Não pode ser transacionada. Não é possível a nenhum privado comprar água. Acontece é que os privados podem participar na concessão. E como funciona uma concessão? Durante 30 anos entrega-se a exploração a um privado, que prevê as tarifas, prevê os lucros, prevê o investimento, mas ao fim de 30 anos a concessão pode voltar a ser pública, ou seja, é administrada ou explorada por um período de tempo, porque não pode ser transacionada. -----  
As pessoas podem dizer: o Estado, neste caso representado através da ADAM e do Ministério do Ambiente, tem-se revelado incompetente. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O PS foi um partido que deu a possibilidade às Câmaras Municipais de fazerem parte de uma concessão. Isto é política, mas o PSD, quando o Dr. Jorge Moreira da Silva, enquanto Ministro do Ambiente, disse que as câmaras não podiam ter sistemas individuais e tinham de se agregar, a agregação nem era com a ADAM, era quase privatizar a água. Quando falamos em privatizar a água, mesmo nessas circunstâncias, mesmo que fosse o PSD, não era vender a água era entregar a concessão durante 30 anos a um privado. E, às vezes, o que acontece é que o privado faz batota, não nos preços da água, mas com promessas de determinado nível de investimento que não chega a cumprir, e quando devolve as infraestruturas estas estão mais deterioradas pelo uso. -----

Até agora, todas as pessoas têm direito a estar descontentes o que é aceitável, é compreensível e há pessoas que estão aqui, que eu conheço, e que nunca concordarão comigo. No entanto, já toda a gente chegou à conclusão que a água tinha de aumentar, o próprio Dr. José Augusto disse-o. Quer isto dizer que a água connosco também tinha que aumentar. Agora digam-me, e é aqui que está o cerne da questão. Até admito que a maior parte as pessoas que estão aqui tivesse recebido uma fatura com erros, mas houve também, embora não seja grande louvor que possamos dar à ADAM, outras pessoas que não reclamaram porque até receberam faturas aceitáveis. A maior parte dos consumidores ainda não recebeu uma fatura aceitável e, quando a receberem, poderão verificar que a fatura é suportável do ponto de vista económico. -----

Percebo o vosso descontentamento e é triste reconhecê-lo, mas temos um parceiro incompetente. O facto é que se não aderíssemos não tínhamos dinheiro. E esse é o problema. -----

**A proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS foi aprovada por maioria com 28 votos a favor, sendo 25 do PS, 2 independentes e 1 do PSD, e 4 abstenções, sendo 3 do PSD e 1 do PCP/PEV, com declaração de voto do PSD que se transcreve a seguir: -----**

*“O PSD abstém-se. Embora reconhecendo e sublinhando até todas as críticas feitas na moção, entende que já se ultrapassaram todos os limites, minimamente aceitáveis, devendo avançar-se para medidas mais concretas imediatamente.” -----*

**Ricardo Marinho – PPD/PSD apresentou a proposta cujo teor se transcreve a seguir: -----**

*“Em setembro de 2018 na Assembleia Municipal em que foi decidida a adesão do município à ADAM, se bem se recordam, contestamos os moldes em que a empresa iria operar, contestámos, não a subida dos preços, mas sim a forma brusca como iriam subir e apresentámos nessa altura vários argumentos para defender a nossa opinião. -----*

*No início deste ano, a ADAM entrou em funcionamento. E não demorou a começarem a aparecer os problemas a nível de faturação, de atendimento ao cliente e demora na reparação de avarias. As próprias Câmaras Municipais tiveram que dispor dos seus meios para resolver alguns problemas. Quando todos estes problemas se começaram a acumular, a contestação a esta empresa aumentou, levando a que a administradora-executiva se demitisse e a que a faturação fosse interrompida durante três meses para corrigir erros. Mais, para suavizar o aumento dos preços, foi decidido pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal assumir uma despesa de 200 mil euros anuais para subsidiar*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tarifas relacionadas com a fatura das águas. Depois de todos estes problemas, na Assembleia Municipal de junho questionamos aqui o Sr. Presidente novamente acerca do funcionamento da empresa e dissemos que esta paragem da faturação não ia correr bem devido a várias razões: os vários critérios de faturação previstos, o tempo prolongando de paragem de faturação, a falta de capacidade de resposta da empresa, entre outras. O Sr. Presidente disse, nessa mesma Assembleia, que a administração foi incompetente e que o problema estava no programa de faturação que não tinha capacidade para gerir tantos dados. Para resolver isso, estavam a trabalhar com um novo programa e o Sr. Presidente garantiu aqui que a partir de agosto não iam existir mais erros e os que existissem seriam residuais, próprios de um sistema desta dimensão. Perguntamos ao Sr. Presidente se assim não fosse o que é que iria acontecer. A sua resposta foi que, a acontecer assim, estaria em causa a estabilidade e o futuro da empresa. Pois muito bem, eis-nos chegados a dezembro e basta olhar para a loja da ADAM para ver filas todos os dias, basta olhar para as redes sociais ou basta até falar com courenses na rua para perceber que as coisas não correram bem. Mais uma vez voltaram os erros de faturação e as falhas de atendimento. Se isso já era grave, somem a isso a ausência de explicações e a falta de sensibilidade desta empresa em enviar faturas de água monstruosas num ano difícil e na época mais especial do ano. E se somos até capazes de entender um bocadinho os erros operacionais, já não somos capazes de compreender a ausência de explicações e a total falta de respeito pelos clientes. Estas atitudes só demonstram ao que esta empresa veio porque claramente os cidadãos ficam em segundo plano. -----

Todos estes problemas levaram esta empresa a falhas contratuais e posso dar alguns exemplos: -----

-Clausula 39 do Contrato de Parceria. -----

-Ponto 6-” A faturação tem periodicidade mensal salvo consentimento expreso do utilizador, nos termos previstos nos regulamentos municipais de serviços, podendo basear-se em estimativas de consumos ou na respetiva comunicação por parte dos utilizadores, nos termos e condições ali definidos.-----

-Ponto 8- “As faturas devem ser enviadas com uma antecedência mínima de 20 dias da data limite de pagamento;-----

Pela Cláusula 43 do Contrato de Parceria isto são violações contratuais leves punidas com multas entre 5 000€ e 15 000€. A Comissão de Parceria, como entidade fiscalizadora, mesmo depois de todos estes erros, não atuou. Pelo menos, não encontrei nenhuma documentação que o demonstre. Uma falha lamentável que deve ser assinalada porque não foram acautelados os interesses dos municípios e dos consumidores. -----

Mas existem mais razões para contestar a empresa. No Plano de Investimentos Inicial (os primeiros 5 anos) estavam previstos investimentos no valor de 590 mil euros em Paredes de Coura em 2020! Esse investimento foi concretizado? Outra questão é a transferência de dados pessoais de milhares de clientes para uma empresa que ninguém conhecia sem a autorização expressa dos clientes! Todos esses dados foram transmitidos sem ninguém ser informado! Além da questão legal, põe-se a questão da segurança: foi feito com ordem de quem, por quem e com que segurança?-----

MANDATO DE 2017 A 2021





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*A falta de recursos próprios desta empresa é também motivo de preocupação. Poucos funcionários, aluguer de veículos para os funcionários trabalharem e recurso a subcontratação para fazer os seus trabalhos! Que empresa é esta afinal? Quem é que paga isto? Esta empresa é um desperdício de recursos desde o seu início. -----*

*Além de todas as questões operacionais podem-se analisar outras cláusulas do Contrato de Parceria, que em nada protegem os Municípios e os consumidores, como por exemplo:-----*

*-Cláusula 27 (Desvio de recuperação e gastos):-----*

*Nº3 -" A verificar-se défice de recuperação de gastos no primeiro período tarifário, a EGP tem direito à sua integral recuperação."-----*

*Nº4 -" Os desvios a que se refere o número anterior devem ser integralmente refletidos nas tarifas até ao termo do subperíodo tarifário subsequente". Se a gestão continuar a ser ineficiente, como tem sido até agora, não há problema nenhum porque os contribuintes pagam! É assim que se incentiva a eficiência? Porque é que não se castiga primeiro a administração pela falta de resultados? Como se não chegasse olhemos para a Cláusula 28 do Contrato de Parceria que se denomina "Reposição do equilíbrio económico-financeiro".-----*

*No ponto 1 diz o seguinte: "Sem prejuízo da revisão quinquenal do EVEF em vigor, há lugar, em qualquer ano do segundo período tarifário e caso se verificarmos pressupostos nos nº 2 e 4 da presente cláusula, à reposição do equilíbrio económico-financeiro do Contrato, mediante uma das seguintes modalidades:" E saliento a alínea a e b - "a- Revisão do tarifário aplicável" e "b- Compensação direta pelos Municípios a que seja imputado o desvio referido no número seguinte;" -----*

*No fundo o que esta cláusula diz é que se houver uma diferença superior a 5% entre os resultados previstos e os resultados obtidos, a empresa tem direito a ser compensada quer pelo aumento de preços, quer diretamente pelos municípios através de algumas modalidades, como por exemplo a diminuição do investimento da empresa no concelho a que se refere o desvio. -----*

*Podemos também olhar para a Cláusula 34- Fundos Comunitários. Não podemos esquecer que o acesso a fundos comunitários foi uma das principais razões para o Município aderir às águas do Alto Minho. O ponto 2 desta cláusula diz o seguinte: "com base no presente contrato os Municípios e a EGP podem, para efeitos dos investimentos, apresentar candidaturas a programas de apoio." O ponto 3 diz o seguinte:" Podem ser candidatados os investimentos elegíveis dos Municípios, realizados ou por realizar, sem prejuízo dos acertos financeiros que daí decorram a efetuar entre estes Municípios e a EGP". No ponto 5 diz que "na data de celebração do presente contrato, a EGP sucede aos Municípios na qualidade de beneficiária das candidaturas apresentadas, nos termos legais e regulamentares aplicáveis. "O que isto tudo quer dizer é que afinal os municípios podem apresentar as suas próprias candidaturas desde que a empresa seja a beneficiária. -----*

*Depois de todos os erros, depois de todos os avisos feitos nesta assembleia, os nossos receios confirmaram-se. E os erros e as falhas irão continuar a acontecer porque a empresa, se já funcionava mal a um ritmo normal, a trabalhar em cima de correções e atrasos será ainda pior. Uma autêntica bola de neve. Mas não vimos aqui apenas criticar todo este processo. Fizemos as contas e chegámos à*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conclusão que se fosse o município a gerir a água com os preços praticados pela ADAM a situação seria a seguinte: -----

Concluindo, o sistema seria financeira e economicamente sustentável e permitir-nos-ia ter mais dinheiro para investimento do que o modelo proposto pela ADAM. -----

E agora põe-se a questão da indemnização à ADAM, caso Paredes de Coura abandonasse esta parceria. Pois bem, depois de ler o contrato vejo aqui apenas uma referência a pagamentos caso o contrato seja denunciado. Na página 23 do contrato, no nº7 da cláusula 15 diz que “em caso de extinção, denúncia ou caducidade do Contrato de Parceria, os bens a que se refere a presente cláusula são transferidos pela EGP, livres de quaisquer ónus ou encargos em perfeitas condições de operacionalidade para a entidade que os Municípios indicarem, após assunção por esta de todas as responsabilidades financeiras ou outras inerentes à exploração e gestão do Sistema e, quando aplicável, do pagamento das compensações a que haja lugar nos termos do contrato de parceria e do presente contrato”. Tendo em conta os incumprimentos contratuais da empresa, tendo em conta que os investimentos feitos pela empresa no nosso concelho não são ainda significativos e tendo em conta que os problemas de faturação podem ser imputáveis à empresa e não aos municípios, não vemos motivos para que a existir algum tipo de indemnização, ela seja significativa. -----

Para concluir a intervenção quero dizer o seguinte: -----

A água é o bem mais necessário à vida e não pode ser tratado como uma mercadoria. O futuro traz muitos desafios e a água vai-se tornar um recurso cada vez mais escasso. Todas as previsões indicam que a Península Ibérica será das zonas do mundo mais castigada pelas alterações climáticas. A água tem de ser muito bem gerida e não podemos deixá-la entregue a administrações incompetentes. Não por acaso, em toda a Europa, tem-se registado uma tendência cada vez maior para os municípios recuperarem a gestão da sua água. Até grandes cidades, como Paris e Berlim, recuperaram o controlo da sua água. Paredes de Coura não é diferente. -----

Assim, considerando: -----

- 1- Os sucessivos e reiterados incumprimentos contratuais do contrato de parceria que tem resultado num serviço mais caro e de pior qualidade para a população;
- 2- A própria admissão do Executivo aqui na Assembleia Municipal de que se o serviço continuasse a ser prestado com a qualidade dos primeiros meses estaria em causa a estabilidade da empresa; -----
- 3- A insatisfação demonstrada em junho pelos Sr. Presidentes de Junta, dizendo que se as coisas não mudassem, teriam de repensar a sua decisão; -----
- 4- A existência de vários pontos contratuais que suscitam muitas dúvidas;
- 5- Que um sistema municipal, gerido pelo município, seria económica e financeiramente sustentável; -----

Propomos que a Assembleia Municipal em face dos considerandos antes enunciados aprove a rescisão contratual da participação de Paredes de Coura nas Águas do Alto Minho S.A. e retome a gestão da distribuição da água em baixa. -----

MANDATO DE 2017 A 2021



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Presidente da Câmara:** Nesta altura, de facto, tenho que concordar com o membro Ricardo Marinho quando ele diz que nesta altura o serviço é mais caro. Sim, nós já reconhecemos que a tarifa tinha que subir e o serviço é pior. Sim, nesta altura é pior. -----

Não sei se repararam quando a empresa fez reparações e abertura no solo, eles são muito melhores do que nós nesse campo, temos de reconhecer isso. Ambos concordamos que o preço teria que aumentar e as pessoas de Paredes de Coura, como ainda não receberam uma fatura decente, não puderam perceber rigorosamente qual foi o aumento. Se as faturas tivessem vindo certas desde o início, as pessoas não teriam reclamado de forma tão veemente sobre a tal adesão à empresa privada que é pública. Até entendo que as migrações dos dados pudessem ter originado tantos erros, mas não desta dimensão. O problema é da incompetência da empresa, mas também de algumas dificuldades por cada câmara ter o seu sistema de faturação. Eu não quero estar aqui a fazer de advogado do Diabo, mas para tentar contextualizar, explicar algumas situações, eles não têm veículos porque o Ministério do Ambiente queria que fossem comprados veículos elétricos, o que não faz sentido nenhum. Faz sentido contratarem serviços outsourcing, como fez a Câmara de Paredes de Coura. Naturalmente que uma administradora foi demitida pela pressão dos presidentes das câmaras porque quando a administradora não consegue cumprir com determinadas performances, deve ser despedida ou mudar de função. Mas a pressão também existe noutras situações, por exemplo, vamos fazer um conjunto de obras, valas e canalizações, a expensas da empresa. Obviamente que, se em determinado ano tivermos um volume de investimento previsto e este não acontecer, será transferido para o ano seguinte. -----

De uma forma geral, todas as críticas que fez à adesão são críticas que, todas juntas, não ganham consistência. O problema é mais estrutural, porque a determinada altura não é comportável. As câmaras têm de se unir porque não é racional existirem serviços autónomos para servir 10 000 pessoas. Se não aderissem, as câmaras teriam de continuar a injetar dinheiro e depois teriam de cortar noutro lado porque não há formas de tornar o dinheiro elástico. No entanto, não devem ser as pessoas a pagar essa fatura porque tem de haver um equilíbrio. A partir de certa altura, colocou-se a hipótese das câmaras fazerem uma parceria, mas estariam como a concessão do Ribatejo, em que as câmaras estão completamente endividadas porque todo o dinheiro investido na parceria intermunicipal é dinheiro dos municípios e já com problemas, pois não têm mais dinheiro para investir. De facto, correu muito mal. Ninguém pode esquecer que, mesmo o PCP, que é um partido que defende o interesse público e de forma vincada, apoiou que algumas câmaras do Alentejo fizessem uma parceria com as Águas de Portugal. É evidente que, no nosso caso, a parceria correu mal, mas noutras parcerias com as Águas de Portugal as coisas até correram bem. O que aconteceu aqui, aconteceu. Agora, também acho que devemos dar mais uma oportunidade à parceria, reconhecendo que a paciência está a esgotar-se. E não é só o caso de Paredes de Coura, é o caso de Arcos de Valdevez e de todas as outras câmaras que aderiram.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

**Tiago Cunha - vice-presidente:** começo por saudar os membros, com destaque para o Dr. José Augusto pela forma sagaz com que tem discutido este assunto, e agora vou dizer isto como um elogio e não como uma crítica porque eu reconheço em si muitas capacidades e a oratória é uma delas, sem dúvida, porque consegue à segunda, terça, quarta, quinta e sexta, até às seis da tarde, trabalhar profissionalmente para uma empresa que tem a gestão de água em concessão com a AGERE e Águas de Barcelos, não referido outras, e defender às sextas a partir das 21h00 que afinal o que existe é uma venda. Mas o seu colega e membro Eng.º Ricardo corrigiu-o, e muito bem, porque leu o contrato e reconheceu aqui publicamente que não estamos perante uma venda, estamos perante uma parceria e não uma parceria qualquer. Ele referiu que o contrato, e disse-o muito bem, é muito equilibrado e, no limite, nós teremos que repor só as situações de investimento que lá estão feitas. Bem, então já podemos nivelar discurso e vamos todos admitir que o Dr. José Augusto se enganou há mais ou menos 4 meses atrás quando, em junho, disse que tínhamos feito uma venda. Eu sei que o Dr. José Augusto não vai, publicamente, pedir desculpa à Assembleia, mas eu acho que merecíamos que pedisse desculpa, porque, de facto, eu acredito que não fosse intencional, mas faltou à verdade. Eu acho que isso é muito importante. Essa questão é muito importante para mim porque, de facto, tenho que registar que falando de venda, concessão ou parceria, estamos a falar de três coisas completamente diferentes. Eu volto a dizer outra vez, é muito importante que todos nós saibamos o que estamos a discutir. Este é o órgão máximo do município, exigimos elevação, sem dúvida coerência e conhecimento de causa, mas não podemos faltar à verdade a uma coisa, e não diria uma mentira para não ser ofensivo, mas uma falta à verdade que, para mim, é extremamente grave e induz as pessoas em erro. Estamos entendidos quanto isso.

Em relação à questão contratual, é muito importante referir que o contrato, em si, tem inúmeros elementos. É um documento extremamente extenso e exigente. A mim, em qualquer contrato, mas sobretudo naqueles que são mais extensos, mais exigentes e com mais responsabilidades, ocorre-me propor a resolução do contrato, e não está em causa a denúncia está em casa a resolução, a denúncia é um ato de mera vontade e a resolução exige o incumprimento da outra parte quando se reconhece publicamente, e o Ricardo tem muito mérito na análise que faz, mas parte do princípio de que as infrações são leves. Ele próprio o diz, e muito bem, que as infrações são leves e que são puníveis com uma coima, uma sanção. Uma infração leve, em nenhum momento, pode revestir o elemento máximo de sanção de um contrato que é a resolução. Se o fizer, pode até pôr em causa a responsabilidade das pessoas que a propõem. Isso significa que as pessoas que a aprovam podem ter responsabilidade. Era exatamente o mesmo erro em que cairiam as pessoas que aprovariam o tal documento inicial que previa que nós, se saíssemos, teríamos que indemnizar só por sair. E que acabou por não ser a versão final. E agora mais uma questão jurídica, não tanto política: se for uma situação de resolução, admitir essa possibilidade por infrações leves, e por falta de investimentos que o presidente já referiu não estão a ocorrer, porque há falta de investimento mas como referiu o senhor Presidente está contratualizado, e mais as situação de Parada, em que há substituição de uma conduta, ultrapassa em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

muito o valor que estava a referir de 500 000 euros. Em relação aos dados pessoais, os dados pessoais foram transferidos por uma empresa certificada, num suporte que é fechado, é um suporte de PEN, que ficou lacrado e que ficou, se não estou em erro, na posse da ADAM. -----

É evidente que, todo o processo de transmissão de dados tem de ser autorizado e tem de ser autorizado pela empresa. Pode-se verificar, mas eu não entendo que haja alguma falha em que houve incumprimento. Acho outra coisa: pôr a hipótese da resolução de um contrato sem nunca haver uma interpelação formal, tal como está aqui proposta e aprovada pela Assembleia, é um risco extremamente elevado. Eu deixo à consideração dos membros da Assembleia, que acho que são pessoas muito inteligentes, e não estou a ser irónico, muito inteligentes, verdadeiros e responsáveis, a possibilidade de decidirem o seu sentido de voto. Mas que decidam com a consciência que isso pode implicar responsabilidade também. Em relação à questão dos custos e benefícios, há uma questão muito importante. O Ricardo não está a falar da Lei, está a falar do contrato e o contrato diz expressamente que é possível que, no processo de criação da empresa, porque diz EGP, é possível que o município também submeta candidaturas e porquê, porque, na fase inicial um dos avisos, que é um aviso do POESUR, o prazo terminava antes da data em que a empresa estava constituída e, portanto, era necessário criar um instrumento jurídico que permitisse que os municípios apresentassem a candidatura no processo de criação da empresa e que depois transferissem a sua gestão. Lá está, a fonte legal que condiciona o recurso aos financiamentos aos fundos comunitários, não é, normalmente, como podem imaginar, o contrato. É um elemento exterior. -----

**Manuel Monteiro (PS):** o que diverge na apreciação que o PSD faz no historial desta concessão, é a parte final. Mas eu ainda queira voltar atrás, à questão da parte da venda porque acho que tem de ficar claro nesta assembleia. Para isso não há nada melhor que o dicionário. E o dicionário diz, exatamente isto: concessão: ato ou efeito de conceder, autorização, licença. E diz o seguinte que é muito interessante; privilégio autorizado pelo Estado ou pelo Governo para uma exploração. Venda: ato e efeito de vender, cedência mediante um preço acordado entre as partes. Penso que é inequívoca esta questão da concessão. Penso que deve ficar esclarecido e não deve ser usada mais como argumento. Relativamente ao histórico que o Eng.º Ricardo aqui nos apresentou, exaustivo, de facto não fugiu à verdade e vai desde o atendimento, avarias e faturação, ao programa. Portanto, fez o histórico todo e reconhecemo-nos nesse histórico. Revemo-nos também na ausência de explicações, na trapalhada da faturação, na periodicidade que era mensal e deixou de o ser e que o contrato obriga, mas que, havendo trapalhada, não há período de faturação que resista. O Sr. Vice-Presidente também falou aqui na questão de violação de leis. Isso, de facto, não é justificação para denúncia de contrato. A comissão de verificação também não é, digamos, da competência de ativação de uma das partes da concessão. É da própria comissão que deve atuar. O argumento que leva à parte final da moção tem a ver com aquelas pontas todas soltas que tivemos alguma dificuldade em seguir. Agora o PS não tem dotes de adivinhação, mas o PSD, pelos vistos, tem. O que o PSD não previu foi que o planeamento, a gestão, a organização, não está no contrato. É obrigatório que seja feito, mas é suposto que uma empresa que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se cria, esteja organizada, ou não? Agora vamos ao argumento final. Depois daquelas contas todas que também ficou aqui demonstrado pelo Sr. Vice-Presidente que, a questão do lucro, falemos assim para que todos entendamos, ao fim de 30 anos seria de 3 ou 4 milhões, salvo erro, é a capacidade de investimento ao fim de 30 anos? Essas contas não são claras. E esse é o argumento que usam para tentar, depois daquelas contas todas, contas exaustivas, talvez estejam certas como dizia um membro desta assembleia já falecido em relação aos orçamentos – as contas podem estar certas, mas eu voto contra. Mas como estava a dizer este argumento usa-se para concluir com aquilo com que nós discordamos. Nós, tomamos, há dois anos atrás, uma decisão que discutimos, ponderamos durante três ou quatro horas. Sabíamos dos riscos que a decisão comportava, não sabíamos da trapalhada que iria ser a faturação e é isso que estamos a discutir. O que está em causa é única e simplesmente a trapalhada da faturação. A vossa posição de há dois anos, mantém-se hoje. É contra a concessão e incompetência da empresa. Então, nós não vamos denunciar o contrato ao fim de 9 meses de exploração pela empresa, porque o que aqui está em causa é a incompetência da empresa. Por isso a nossa posição é que nos revemos em boa parte da vossa argumentação, mas lamentamos e não vos acompanhamos na parte que diz respeito à denúncia do contrato.-----

**João Cunha: PPD/PSD:** Nem sei por onde começar. Começou bem, mas numa tentativa de engodar a situação, porque as pessoas do público aqui presentes não estão para aturar estas guerrinhas políticas, o que querem é soluções. Há incoerência de posições por parte do Partido Socialista, aliás, aquilo que eu vejo é o Partido Socialista metido numa embrulhada. Conseguem admitir que isto é uma trapalhada e que os courenses estão a ser roubados? Custa-me ver um vice-presidente de uma Câmara Municipal que, por sinal, foi funcionário da DECO, empresa que defende os consumidores e, nesta altura, devia estar preocupado em defender os consumidores e em defender os courenses. A entidade reguladora, por sinal, diz que o preço da água em municípios que concessionaram o fornecimento de água a privados, é sempre mais elevado, sublinho, é sempre mais elevado, do que no caso das autarquias que prestam de forma pública esse serviço. É a conclusão da entidade reguladora num artigo publicado nos meios de comunicação sociais nacionais. E, adianto, não sei como estão a viver as populações de Melgaço, Ponte da Barca e dos municípios que não aderiram a este sistema. Ainda não lhes faltou a água, mas isso é outra questão, assunto que poderei abordar numa futura assembleia. Relativamente às fugas, o Sr Presidente da Câmara, para além da despesa que nós temos e que os courenses têm com esta trapalhada, através da Câmara, ainda se dá ao luxo de disponibilizar dois funcionários para deteção de fugas e depois ainda consegue contratar técnicos para reparar essas mesmas fugas! Isto não faz sentido nenhum! Pronto, corrijam-me noutra assembleia se estiver errado e quando lerem esta gravação. Foi dito por si Senhor Presidente e não por mim. -----

Voltando atrás na sua primeira intervenção, Sr. Presidente da Câmara, às pessoas com aquela idade, presentes naquelas filas para reclamarem, certamente que não é com prazer que lá estão. O senhor ainda consegue fazer de advogado do Diabo? -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Eu vou votar a favor a proposta do meu colega de bancada e gostaria, principalmente, que as pessoas do público aqui presentes, saíssem mais esclarecidas e ouvissem soluções para o grave problema que estamos a viver, soluções para este roubo que está a ser feito à população do concelho. -----

**Presidente da Câmara:** De uma forma simples, o que eu disse foi precisamente o inverso. O Município não pode pagar serviços privados para fazerem reparações, mas pode ajudar a detetar as fugas. A Câmara disse que tinha muita pena e revê-se na indignação das pessoas que estão nas filas, o que é inaceitável. E como a Câmara Municipal de Paredes de Coura, juntamente com as outras câmaras, tem 49% no capital da empresa, tem também todo o direito de defender as pessoas e estar do seu lado. Em relação à proposta do membro Ricardo Marinho, eu só devo dizer que, como disse o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, é uma proposta estruturada só que não é consistente. E já que vocês acusam de viver um período de confusão, eu acho que votar favoravelmente esta proposta, seria mergulhar numa confusão maior porque não estão previstas as consequências económicas. Portanto, o que eu acho é que devemos ser sensatos e prudentes e, tal como dissemos no início, temos de exigir que esta confusão acabe, porque no fundo isto é um pesadelo. -----

E não diabolizem o PS nem o PSD pois que nesta parceria há pessoas e câmaras de todos os quadrantes políticos. É evidente que a crítica mais comum, mais básica e mais rasteira, é vocês poderem dizer que são todos más pessoas, que não merecem respeito e segundo alguns, deviam ser todos presos. Essa não é uma forma muito civilizada, consistente e leal de fazer política. -----

Houve um conjunto de municípios que, independentemente da sua conotação política ou da sua natureza ideológica, aderiram. E agora o que está a acontecer é isto e há que resolver, porque a situação é caótica e porque a paciência tem limites. Acho que as pessoas têm o direito de receber uma fatura decente e até hoje isso não aconteceu. É isso que indigna e o que me leva a estar do lado das pessoas. As pessoas já não têm mais paciência e nós também não. E por isso é que também percebemos a indignação das pessoas, mesmo as que estão hoje aqui a participar nesta assembleia. Esta situação é inqualificável. E é isto!-----

**Ricardo Marinho – PPD/PSD:** eu não vou usar esta intervenção para defender a proposta ou para acusar outra proposta. O que eu quero dizer é que assistimos a um debate que fugiu um pouco ao que nós pretendíamos. Para além das acusações, dispersou-se completamente. No fundo, somos todos adultos. Estamos aqui todos pelo melhor de Coura, porque quem se dedica à causa pública, independentemente da posição que ocupa, penso que seja pelo melhor, pelo melhor e pelos courenses. O executivo e o PS têm a sua opinião e acham que devem ir por ali. -----

Nós temos a nossa opinião, avisamos e dissemos publicamente, ainda antes do acordo, que as coisas iam ser assim. A grande diferença é que nós não queremos dar mais tempo, porque já tínhamos avisado, porque já foram dadas oportunidades e meses a esta nova empresa mais do que suficientes. Com uma nova administração e novo programa e com investimentos feitos e a grande diferença entre a moção do PS e a moção do PSD, são estes dois meses passados. Para o bem dos courenses,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acredito que, se esta moção não for aprovada hoje, e se daqui a dois meses as coisas continuarem a correr mal, esta moção vai ser novamente proposta à aprovação. É esta a grande diferença. Eu quero que pensem nisso antes de votar, porque, não vale a pena termos discussões, acusar disto e acusar daquilo quando o que está em causa, é a coisa de que mais precisamos, a água. E é aqui que temos de chegar, uns querem de uma maneira outros de outra, outros querem uma nova oportunidade e outros não querem dar outra oportunidade e é isto que devemos discutir e votar com racionalidade. ----

**A proposta de denúncia do contrato celebrado pelo município com a ADAM, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, depois de submetida à votação foi rejeitada com 26 votos contra, sendo 25 do PS e 1 independente; 5 a favor, sendo 4 do PSD e 1 independente e 1 abstenção do PCP/PEV.**-----

**= ORDEM DO DIA =**

### **INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICIPIO**

**PONTO N.º 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), nº 2, art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.**-----

**Presidente da Câmara:** disse que continuam no caminho seguro de consolidação financeira que irá permitir dar resposta aos grandes investimentos estruturais que, provavelmente, irão mudar completamente o futuro e o modelo de desenvolvimento de Paredes de Coura. -----

Que o Município de Paredes de Coura continua a cumprir e a honrar os seus compromissos a horas e que, por vezes, gostava que a receita fosse mais flexível para ir mais além nos intentos, mas que a política também é este equilíbrio.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

### **PLANO DE ATIVIDADES, ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADE**

**Ponto nº 02 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Plano de Atividades e Orçamento, previsto na alínea a), nº 1, artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, nos termos do nº 4, artigo 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para o ano de 2021.**-----

**Presidente da Câmara:** fez a apresentação do orçamento para o ano de 2021 nos seguintes termos: *“Se procurarmos uma definição simples e certa sobre o que é um orçamento poderemos responder de forma sucinta que é conjunto das contas provisionais e anuais das receitas e das despesas do Estado e da administração pública. Todavia, um orçamento é muito mais do que isso. Um orçamento é por definição a vida das pessoas ou então é um instrumento financeiro que deve estar ao serviço das pessoas.*-----

*Dizer que este é o maior orçamento desde que chegamos à câmara municipal, tem obviamente uma grande importância. Mas a importância maior está relacionada nos efeitos e na transformação que este representará para a vida de todos os courenses. Numa altura de crise estamos a preparar o futuro, e o*

MANDATO DE 2017 A 2021





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

futuro passa pela criação de emprego. E acreditem que o emprego é a receita líquida de muitas políticas convergentes que vão desde a nossa capacidade de atrair investimento até à confiança que os agentes económicos têm em nós pelo nosso dinamismo e pela nossa capacidade de resposta e de cumprir prazos. No fundo trata-se de um quotidiano de muitos que chegam à Câmara Municipal às 9h da manhã e regressam a casa às 20h da noite, com a consciência tranquila de quem tudo fizeram nesse dia em prol de uma comunidade que confiou em nós. -----

Os próximos tempos serão sombrios. Assistimos hoje em dia a uma contração da economia que terá efeitos muito negativos no mercado de trabalho e sabemos que para muitas pessoas não chega o seu esforço individual. É preciso que haja um suporte institucional. É por isso que este orçamento dá uma importância extrema à criação de emprego e apresenta respostas sociais adequadas às pessoas que foram atingidas mais atingidas pelos efeitos nefastos desta pandemia. -----

O PPI – o denominado Plano Plurianual de Investimentos atinge este ano 7.458.000 € onde a ligação ao Parque Empresarial de Formariz e a requalificação e ampliação da Zona Industrial representam 2.850.000 €. Neste momento o Parque Empresarial de Formariz ganha uma força que não tinha há uns anos atrás. Em finais de 2021 Paredes de Coura terá 3 novas fábricas, com duas unidades que serão verdadeiramente revolucionárias. Paredes de Coura com estes novos investimentos prepara-se para ter um sector de ponta que neste momento não existe em Portugal. Mas não se trata apenas de declarar morte à geografia e mais uma vez a nossa terra ganhar uma nova centralidade, no contexto do país. No fundo, trata-se de mais economia e de mais desenvolvimento. Mas trata-se também de criar melhores condições de emprego para os nossos jovens e para as nossas famílias. É o emprego que cria felicidade e terra, e se este for cada vez mais qualificado estamos também a criar mais valor e realização para os nossos filhos. -----

E acreditem que não paramos. Olhar para a cidade do sucesso é não compreender para onde corre o tempo. Neste momento estamos a criar as condições para que o parque Empresarial de Castanheira continue com dinâmica industrial e competitivo. Estamos, na verdade, a preparar o melhoramento e a requalificação da ligação entre as duas zonas industriais. Brevemente apresentaremos o projeto. Com esta nova via e com os respetivos melhoramentos ou partes novas as freguesias desta zona ganharão uma nova proximidade ao principal eixo rodoviário do concelho. Importa também salientar que estão a ser desenvolvidos esforços para que o gás natural chegue aos dois parques industriais e dentro de pouco tempo aos lares de todos os courenses. Estamos perante um exemplo perfeito de como a dinâmica económica de um concelho e seus reflexos positivos acabam por mudar a vida das pessoas para melhor. -----

Com a obra do mercado finalizada e com a criação de uma incubadora estamos a preparar um conjunto de iniciativas que visam estimular o empreendedorismo com objetivo de criar novas empresas tecnológicas de inovação rural ou industrial. Potenciar a implantação de empresas de base tecnológica e a criação de emprego qualificado nas zonas industriais de Paredes de Coura, através do apoio a incubadoras e do desenho do projeto Empreendmakers, é uma forma inovadora de estimular o empreendedorismo com o propósito de criar novas empresas e emprego mais qualificado. A EPRAMI é



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*aqui um parceiro estratégico na formação profissional ao serviço da indústria e da criação de emprego. Não é por acaso que neste ano conseguimos um aumento substancial do número de alunos. A EPRAMI é atualmente uma escola de referência a nível distrital e não podemos perder este impulso. --- Este é também um orçamento que se preocupa com a segurança, a comodidade e o bem-estar das freguesias, o nosso investimento na rede viária continuará com o mesmo ímpeto. As pessoas sabem, sentem e registam as inúmeras requalificações e pavimentações que foram feitas neste mandato. Para 2021 temos um investimento previsto de 957.700 €. Preparamos o futuro com estratégia, mas não esquecemos as freguesias. Desde 2017 até ao presente investimentos quase 4.000.000 € em rede viária. -----*

*No espaço urbano da vila estão a decorrer um conjunto de obras de regeneração urbana, no valor de 380.000€ que melhorará as condições de mobilidade dos courenses bem como requalificará alguns espaços menos aprazíveis e que agora ganham uma outra beleza, conforto e segurança. Estamos a falar das obras junto à Escola Secundária, junto ao campo do SCC e as obras que começarão no início de 2021 no Largo Visconde de Mozelos. A regeneração urbana, a revitalização de largos e praças, o reforço da rede wi-fi nos espaços públicos através de uma segunda candidatura. Ainda no domínio do Plano Plurianual de Investimentos destacamos a reabilitação da Casa Grande de Romarigães, a beneficiação da zona envolvente à praia fluvial do Taboão, o SplashPark (envolvente do Mercado Municipal), os projetos Ladeira do Coura (em S. Martinho de Coura), os Largos de Aldeia, os Caminhos da Memória e o Percorso das 3 Aldeias, entre outros, são exemplos de investimento nas áreas da urbanização, património cultural, turismo, lazer e ambiente. -----*

*Gostamos, pois, de pensar e de definir uma estratégia de longo prazo para o concelho que tem dado bons resultados. Mas nesta altura de pandemia, temos também de cuidar daqueles que mais precisam ou que foram mais afetados pela crise. Neste tempo de angústia, as famílias são e serão a nossa maior preocupação por isso, em colaboração com outras instituições continuaremos atentos aos que mais sofrem, aos que mais precisam. Este é um orçamento que dá uma especial atenção às crianças e jovens em idade escolar, às famílias com problemas habitacionais e aos idosos em situação de fragilidade e isolamento. De salientar, neste ponto, a continuidade dos apoios excecionais aos agregados familiares, às empresas e outras entidades do concelho com dificuldades, em consequência da COVID 19. Só para mitigar e combater os efeitos sanitários e sociais a Câmara Municipal investiu em 2020, 270.012 € a que acrescem mais 400.000 € para as restantes necessidades, para o próximo ano a ação social terá um orçamento de 600.000 €. -----*

*Nos próximos tempos teremos também que dedicar uma especial atenção à habitação porque sabemos que no nosso concelho a procura excede muito a oferta com a inevitável consequência do aumento do preço do arrendamento e da aquisição. Sabemos que para fixar mais jovens em Paredes de Coura e ajudar os casais que procuram habitação teremos de inevitavelmente construir novos fogos. A construção de habitação a custos controlados é o próximo passo. Neste momento estamos na preparação do Caderno de Encargos e do Programa de Procedimentos, fase que deverá estar concluída no primeiro trimestre de 2021. Está ainda prevista a construção de uma segunda zona de*

MANDATO DE 2017 A 2021



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*habitação a custos controlados na zona da Nogueira onde existe a previsão de construção de 123 frações e obras em 90 casas de famílias carenciadas que serão financiados, a 100%, pelo IHRU, ao abrigo da Estratégia Local de Habitação. É de facto nossa obrigação a criação de mecanismos para garantir o direito à habitação que como sabem está previsto na nossa Constituição. A construção de habitação a custos controlados é um nosso desígnio porque sabemos que é o caminho mais seguro para permitir o acesso mais justo e equilibrado por parte dos courenses à habitação.-----*

*Quase a terminar importa referir que a Câmara Municipal com o intuito de reduzir a fatura energética anual da sua rede pública de iluminação, através do recurso a instrumentos financeiros inovadores. Neste momento já está selecionada a empresa de serviço de energia que procederá a substituição das luminárias que permitirão uma poupança ao município capaz de assegurar a luz ligada durante toda a noite sem que isso constitua um acréscimo na sua despesa. No fundo, estamos perante um contrato de performance que permite uma poupança energética que retribui o investidor e alivia a fatura do município, permitindo deste modo uma extensão horária do período de atividade. -----*

*No fundo, a Câmara de Paredes de Coura será sempre um lugar que estimula a criatividade, a inovação. Um lugar de criação de riqueza. Um lugar de pensamento estratégico, bem gerido, que não segue ciclos eleitorais, e que decide o que é mais adequado, sensato e racional no momento, mesmo que isso signifique incompreensão ou tomada de decisões impopulares. Os courenses votaram em nós para sermos responsáveis no presente que ainda continua a melhor forma de assegurarmos um melhor futuro para os nossos filhos. -----*

*Acreditamos no futuro de Paredes de Coura. Somos frágeis, mas determinados. Acreditamos no otimismo da vontade e no trabalho competente. Só com muito trabalho, com planeamento, só com muito amor por Paredes de Coura e só com muita coragem e muita estratégia é que se chega longe. Com esforços voluntaristas, propostas da moda e discursos fatalistas não vamos a lado nenhum. Só quem acredita e trabalha muito consegue resultados e o carinho das pessoas. Humildes e conscientes que também erramos continuaremos a lutar por Paredes de Coura. -----*

**José Augusto Sousa (PPD/PSD):** “O PSD entende que o que é apresentado é um plano de atividades e orçamento pouco ambiciosos. Dando propostas alternativas, como sempre faz, o PSD faria diferente e seria ainda mais ambicioso. Concordamos, efetivamente, com a ligação da zona industrial de Formariz à autoestrada, com a captação de novos investimentos, com o apoio social educacional, mas gostaríamos de ver o plano de atividades, que conforme diz no preâmbulo se trata de um plano de atividades para os próximos cinco anos, porque a lei assim o impõe e porque penso que será intenção do Sr. Presidente recandidatar-se e ter já planos a cinco anos. -----

O PSD também tem planos a cinco anos e vai expor aqui alguns deles. -----

Portanto, gostaríamos de o ver mais vincado e comprometido na defesa e no desenvolvimento e não apenas proferir meia dúzia de palavras relativas à ligação da zona industrial de Formariz à vila e a Castanheira. Concordamos também com a ampliação da Zona Industrial de Formariz. Também entendemos que deveria haver uma intervenção ainda mais forte na ligação da A28 a Sapardos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque, embora não seja competência da Câmara, se tivesse usado a mesma pressão da ligação da zona industrial à A3, teria mais efeito. Gostaríamos de ver mais vincado o compromisso de investimento nas freguesias e não constantemente e durante vários anos a repetição dos mesmos investimentos. O Senhor Presidente vangloriou-se dos cerca de 900 mil euros de investimentos, mas, em termos médios, será uma das verbas mais baixas da atividade dos municípios do PS até agora nas freguesias e por isso se verifica algum descontentamento dos Presidentes de Junta. -----

Gostava de ver mais vincado, em face da centralidade que poderá vir da ligação da A28 à A3, o mesmo entre a EN 303 e até à EN 301 de S. Roque ao Extremo, da Estrada Nacional 201 até Braga e de S. Pedro da Torre. Gostaríamos de ver compromissos de defesa e, volto a referir, que embora não seja da competência da Câmara, tal qual como não era a ligação à A3 e essa vimo-la sempre lá e o comprometimento do executivo. Gostaríamos que, em face dos novos investimentos e da procura de quadros mais qualificados, houvesse protocolos mais incisivos com a EPRAMI e não apenas dizer bem dela. Temos de usá-la, na prática, e defender ainda mais e melhores cursos técnicos, de forma a possibilitar que os courenses possam subir na cadeia de emprego e de remunerações.-----

Não vemos aqui refletido aquilo que vai ser seguramente a necessidade de um forte apoio social para colmatar as necessidades da pandemia e seguramente não vi nos valores que indicou, de 600 mil, de um acréscimo marginal face aos anos anteriores. -----

Também não vi um reforço das verbas previstas no orçamento para maior apoio à economia, na sequência da pandemia, que com certeza, teremos necessidade de gastar muito mais do que dez por cento do orçamento nestas matérias. Nesta medida o PSD entende que há falta de ambição no orçamento e no plano de atividades e por isso é que vai votar contra. -----

**Manuel Monteiro (PS):** foi extraordinariamente clara a exposição que o sr. presidente da Câmara fez sobre os objetivos e as intenções do orçamento, mas o membro do PSD também tinha de intervir e dizer alguma coisa. Naturalmente socorreu-se do seu manifesto eleitoral. E o seu manifesto eleitoral leva a que se proponha que a câmara no plano das intenções do seu plano de atividade torça para que a A28 se ligue rapidamente a Sapardos. Todos estamos de acordo com isso, aliás, já votamos uma moção nesse sentido. E também, quanto à ligação a Castanheira, o senhor presidente já tinha dito que um dia destes apresentava o projeto da ligação da zona industrial de Formariz à zona industrial Castanheira. Também estamos todos de acordo e o PSD estará necessariamente. -----

Ora bem, e, porque estamos de acordo com este orçamento, e também temos de o dizer, embora estranhe não ter ouvido, e isso é um sinal de que este orçamento não é eleitoralista. Eu estava à espera que viesse com essa conversa, mas enganei-me, mas o PS também se engana. Mas não nos enganamos na apreciação que fazemos do orçamento que é proposto pela Câmara Municipal. Então, para ser sucinto, rápido e objetivo diremos que sublinhamos dois pontos, a promoção das atividades económicas e o investimento em educação, cultura e ação social. -----

De facto, o acolhimento empresarial é a melhor forma de combater as desigualdades, é a melhor forma de promover o desenvolvimento económico e no limite, é a melhor forma de construir e desenvolver



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

emprego por forma a resolver rapidamente a crise em que estamos mergulhados. O sr. Presidente, penso que enunciou, de forma breve e não muito exaustiva, que o acolhimento empresarial tem um objetivo muito claro e que faz toda a diferença relativamente à massa de empregados que há em Paredes de Coura que é a integração de mão de obra qualificada. Ora a mão de obra qualificada requer empresas tecnológicas de ponta, digamos assim, e isso é um bem necessário para que também se desenvolva no nosso concelho um nível de emprego que responda a muitos dos courenses que são qualificados ao nível dos seus cursos superiores. Mas também, o acolhimento empresarial resulta também do desenvolvimento das infraestruturas e das acessibilidades. Portanto, o plano de atividades e o orçamento sublinham e alocam recursos para este fim. No segundo ponto, queremos salientar o investimento em educação, cultura e ação social que tem sido uma marca de água de todos os executivos socialistas municipais de Paredes de Coura e deste também continua a ser de forma bastante clara e nítida e, nesse sentido cabe destacar o investimento e promoção de habitação e das condições de habitabilidade. O presidente falou em dois projetos, exatamente aqui na avenida Bernardo Cónego Chouzal e outro na Nogueira que muito contribuirão para o equilíbrio do mercado habitacional em Paredes de Coura e para, digamos, as condições de habitabilidade e de fixação de muitos dos courenses e especialmente dos jovens. -----

A melhoria das condições viárias: de facto, o que este executivo tem feito, para além das melhorias, é a repavimentação e requalificação de muitas das ligações viárias existentes no concelho. Eu quando vim para aqui viver, e já lá vão quase 40 anos, este concelho tinha muito pouca rede viária relativamente, por exemplo, a Vila Nova de Cerveira ou a Valença e isso quer dizer que neste momento o que importa é requalificar daí que importa requalificar e nesse sentido também se dá expressão àquilo que são as necessidades sentidas nas freguesias. A reabilitação de equipamentos culturais, desportivos e económicos, como por exemplo o mercado, embora o mercado tenha sido reabilitação e uma requalificação para acolher um novo tecido empresarial. Aquilo que sublinho no turismo, no lazer e no ambiente, são todas os projetos enunciados pelo Sr. presidente relativamente às aldeias, aos trilhos, a todo o conjunto de projetos que elencou de forma clara e como sempre a renovada aposta na educação. Sem uma população qualificada que tenha condições de acesso às melhores qualificações nas nossas Escola Profissional ou nas Universidades do país ou no estrangeiro como é possível agora através dos vários programas europeus é uma forma muito clara de promovermos a nossa comunidade e particularmente os nossos courenses. Posto isto não podíamos deixar de estar de acordo com este orçamento que não qualificando ambicioso porque a ambição faz parte da matriz e do trabalho diário, entendemos que ele procura responder às necessidades que o futuro imediato nos pode trazer nomeadamente em termos de pandemia e àquilo que são as aspirações dos nossos munícipes, por isso vamos votá-lo a favor. -----

**Presidente da Câmara:** Poderemos considerar um orçamento pouco ambicioso, um orçamento que, em tempo de pandemia, prevê e instalação de três novas empresas no parque industrial, duas das quais irão produzir um produto e desenvolver uma tecnologia que o país não tem? É evidente que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

depois vão desvalorizar e dizer que foi o governo de Lisboa que nos arranjou o investimento como se não tivéssemos sido nós. Vamos instalar na zona industrial de Formariz pelo menos duas empresas de tecnologia de ponta que vão suprir uma necessidade que o nosso país não produz. Portanto, já estão a ver a relevância. Depois, quando diziam que não conseguimos a ligação à A3, já estamos a ligar a zona industrial de Formariz à zona industrial de Castanheira. Com isto ganhamos uma nova centralidade, ou seja, as freguesias de Castanheira, de Bico, de Vascões e todas as freguesias nesta zona ficam mais próximas.

Ora, se juntarmos o facto de que quando se anunciou a ligação da A28 à A3, foi numa reunião aqui em Paredes de Coura, com os presidentes das câmaras de Valença e de Cerveira,, que chegamos a acordo de que a ligação da A28 não ia para Valença através de zona de Campos, mas vinha ligar à A3. Obviamente que a ligação além de beneficiar Cerveira e Valença, também beneficia Coura. Vocês estão sempre a dizer que nós não conseguimos, mas eu acho que se tivéssemos mais tempo, ainda conseguíamos concretizar o vosso antigo desejo de ligar Castanheira a Ponte de Lima. -----

Já tínhamos compromissos assinados e diziam, nesta assembleia, que não conseguimos abrir o Tribunal, entretanto, o Tribunal já abriu e tem juiz próprio, que não tinha. Felizmente que as notícias negativas em Coura têm sido poucas, embora algumas pessoas até quisessem que fossem mais. -----

Quanto à escola, e até podem verificar nas atas, diziam que não conseguíamos e até diziam, vocês são bons rapazes, mas são novos e não têm gordura política. A escola está aí. -----

Investimento nas freguesias: é só agarrar num carro e ir por aí e ver como as coisas estão a melhorar e vamos fazer mais estradas. -----

E um orçamento que é pouco ambicioso, mas tem a previsão de construção de mais 57 novas casas, mas para a elaboração do regulamento de atribuição das mesmas vão ser convidados os membros do PSD e do PCP/PEV, para não nos acusarem de que fizemos um regulamento para beneficiar determinadas pessoas.-----

Admito que o Orçamento pode ser pouco ambicioso, e não estou a dizer isto com segundas intenções, mas porque entendo que vocês também têm o direito de pensar que poderiam fazer melhor, mas digam-no de forma mais simples, digam que o orçamento até nem é mau, mas nós fazíamos melhor um bocadinho. Seria mais compreensível do que estar a dizer que o orçamento é pouco ambicioso. ----

**José Augusto Sousa (PPD/PSD):** Só queria que mostrassem que alguma vez o PSD disse que não acreditava na ligação à autoestrada. O PSD nunca esteve contra, pelo contrário, lutou, com os meios que tinha, na defesa da ligação à autoestrada e nunca disse que não iam conseguir a requalificação da escola.-----

Mas o PSD continua a dizer que há condições para ser mais ambicioso e o orçamento apresentado é pouco ambicioso -----

**Ricardo Marinho (PPD/PSD):** disse haver problemas na organização com os recursos humanos do município, nomeadamente, nos serviços das oficinas e da recolha do lixo. De que foi aprovado, por lei,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no corrente ano o subsídio de insalubridade a atribuir aos trabalhadores da recolha de resíduos. Neste sentido questionou se foi definido o quadro de pessoal para a recolha de resíduos a fim de evitar situações, que têm acontecido de funcionários não afetos ao serviço de recolha de resíduos acabaram feridos em acidentes, na realização desse mesmo serviço e porque vê quase todos os dias, funcionários diferentes na recolha de resíduos. -----

**Presidente da Câmara:** Seria conveniente que os trabalhadores não mudassem de funções, mas um assistente operacional tem um conjunto de serviços muito abrangente e acontece que, quando há baixas o trabalho tem de ser redistribuído. Se assim não fosse, haveria funções obrigatórias que não seriam cumpridas. Mas a situação está salvaguardada. -----

**Submetida à votação a proposta de Plano de Atividades e Orçamento, previsto na alínea a), nº 1, artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, nos termos do nº 4, artigo 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para o ano de 2021, foi aprovada por maioria com 29 votos a favor, sendo 25 do PS, 2 independentes e 1 do PCP/PEV, e 3 votos contra do PSD. -----**

**No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade aprovar esta parte da ata em minuta.---**

### CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO

**Ponto nº 03 – Apreciação, discussão e votação de proposta de autorização para proceder à contratação de um empréstimo de curto prazo, para acorrer a dificuldades de tesouraria, no ano de 2021, previsto no nº 1 do artigo 50º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, no montante que respeita os limites fixados no nº 5 do artigo 55º da referida Lei.-----**

**Foi deliberado, por unanimidade, retirar este ponto da ordem do dia. -----**

### DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO

**Ponto nº 04: Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de delegação da competência de autorização de assunção de compromissos plurianuais, no presidente da Câmara, ao abrigo do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.-----**

O presidente da Câmara recordou, como tem acontecido em anos anteriores, que esta delegação de competências é para autorizar pagamentos de compromissos plurianuais até ao valor fixado na lei e que são posteriormente apresentados a esta Assembleia para conhecimento. -----

**Submetida à votação, a proposta da Câmara Municipal de delegação da competência de autorização de assunção de compromissos plurianuais, no presidente da Câmara, foi aprovada por unanimidade. -----**

**No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade aprovar esta parte da ata em minuta.---**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

**Ponto n.º 05 – Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 30 de novembro de 2020, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 19-12-2019, em cumprimento do estipulado na alínea c) do artigo 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.**-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

### RECUSA DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA SAÚDE

**Ponto n.º 06 - Apreciação, discussão e votação de proposta de recusa de transferência da competência no domínio da saúde para a autarquia, no ano de 2021.**-----

**Presidente da Câmara:** É um processo que já se arrasta de anos anteriores e tem a ver com a transferência de competência para as autarquias. No caso da transferência da competência no domínio da saúde, pedimos esclarecimentos na área dos recursos humanos, dos imóveis, dos custos da logística, dos custos de funcionamento e não nos disseram com objetividade quais os encargos que poderiam resultar para o município no âmbito da transferência. E não faz sentido o município cuidar de um imóvel como é o centro de saúde, ou seja, pintar, reparar as janelas ajardinar a zona envolvente, ficar com os funcionários e não ter a capacidade de gestão, de lutar por mais um médico ou até discutir com o diretor do centro de saúde ou com a administração da ULSAM de Viana para alargamento do horário de funcionamento. Ou seja, o Estado transfere as competências para as autarquias e transforma os autarcas em meros tarefeiros. Ora se fossemos, pelo menos, bem pagos, poderíamos assumir a competência, mas o que acontece é que além de mal pagos, não temos capacidade de participar na gestão para atender às necessidades das pessoas. Recentemente, chegamos ao cúmulo de estarmos constantemente a pedir à ULSAM para improvisar uma tenda que abrigasse as pessoas nas filas à porta do Centro de Saúde e, quando a competência nem é da autarquia, acabamos por alugar uma tenda por período indeterminado com a respetiva assunção do compromisso. Assim, quando quiserem que aceitemos competências no domínio da Saúde, pelo menos, que façam um planeamento dos encargos e da capacidade de decisão que vamos ter. Por isto, acho que é sensata a recusa.-----

**José Augusto Sousa (PPD/PSD):** voltamos a discutir uma proposta de transferência de competências e, em teoria, eu sempre defendi que as competências devem ser exercidas o mais próximo da população. Depois temos outra questão que é, em 2022 quer queiramos quer não, vamos ter de assumi-las. É evidente que eu concordo genericamente com a formulação daquilo que estamos aqui a falar só não concordo com o teor da proposta da Câmara. Até admito que se diga que não à transferência de competências, mas entendo que deve estar na deliberação da Assembleia as condições que nos deveriam fazer mudar de opinião, ou seja, aceitamos a competência desde que venha “x” dinheiro ou que possamos contratar médicos. É evidente que, a partir do momento que nós possamos gerir o corpo médico do Centro de Saúde e a Câmara possa ter a gestão integrada dos





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

serviços de saúde a nível do concelho, esse será o facto mais positivo desta transferência. Se isso não for acrescentado o PSD apresentará declaração de voto. Assim, a Assembleia votando a recusa deve indicar os motivos que nos fariam mudar opinião. -----

**Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de recusa de transferência de competência no domínio da saúde para a autarquia para ano de 2021 acrescentando os argumentos apresentados que justificariam a aceitação da competência, nomeadamente conhecimento das condições concretas, do envelope financeiro, contratação de recursos humanos e participação na organização e funcionamento da própria unidade, resumindo, que estejam reunidas as condições para uma decisão clara que permita planear uma estabilidade financeira. -----**

**No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade aprovar esta parte da ata em minuta.---**

### REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DE 2020

**Ponto n.º 07 - Apreciação, discussão e votação da proposta de 3ª Revisão aos Documentos Previsionais do ano de 2020 que se refere alterações modificativas para adequar as estimativas das receitas e despesas à realidade pelas vicissitudes da pandemia Covid 19. -----**

O presidente da Câmara explicou que a presente revisão vem em consequência da pandemia, devido ao atraso das obras o que acabou por originar um fluxo de caixa maior que levou a abdicar do empréstimo de curto prazo, relativo ao ponto 3 desta ordem de trabalhos. -----

**Submetida à votação, a 3ª revisão aos documentos previsionais do ano de 2020, foi aprovada, por unanimidade. -----**

**No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade aprovar esta parte da ata em minuta.---**

### ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO

**Ponto n.º 08 - Apreciação, discussão e votação de proposta de estratégia local de habitação do concelho de Paredes de Coura. -----**

**Presidente da Câmara:** tem a ver com o plano já apresentado a esta Assembleia e submetido ao IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana. No caso das intervenções a fazer nas habitações mais degradadas, consta uma lista de 90 agregados, sendo uma lista dinâmica que vai por várias fases. É um trabalho feito com os presidentes de junta, com os serviços sociais, em que está elencado um conjunto de pessoas que reúnem condições, porque foi preciso mais informação. A partir de agora as pessoas têm de candidatar-se e devem fazê-lo, porque para pequenas obras há taxas de financiamento a cem por cento. Portanto, era bom que divulgassem. -----

As pessoas que reunirem os requisitos sociais, se tiverem uma habitação que merece ser melhorada e os seus rendimentos não o possibilitam, que se dirijam aos serviços sociais, porque, de facto, o IHRU tem um conjunto de vantagens quase únicas para financiamento a cem por cento e era bom que as pessoas aproveitassem. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**José Augusto Sousa (PPD/PSD):** aqui está um ponto onde o PSD seria mais ambicioso. Por exemplo o documento refere 107 agregados, não 90. -----

**Presidente da Câmara:** O IHRU entendeu que na primeira fase seriam 90, mas as oportunidades de candidatura mantêm-se em aberto. -----

**José Augusto Sousa (PPD/PSD):** É apresentado um documento, cuja generalidade dos dados é de 2011 quando há estatísticas mais atuais e depois quando dá jeito utiliza-se a estatística de 2015. Todos os mapas são até 2001 e o INE tem estatísticas mais recentes sobre a esmagadora maioria dos dados aqui apresentados. -----

A seguir, as maiores carências são em Padornelo, Rubiães, Mozelos; Bico, Coura, Castanheira e Vascões e a habitação a preços controlados vai ser construída na vila. Porque não construímos 10 apartamentos em Padornelo, 10 em Rubiães ou melhor, porque é que não promovemos através de uma entidade privada a construção dos apartamentos nas freguesias. É uma diferença política. -----  
Depois outra questão política: já existem 8 edifícios não reabilitados. Outro ponto de diferença política, vai-se promover através da construção a preços controlados a edificação de 27 apartamentos e agora já se anunciou mais 50, mas não se diz e, isto é uma diferença política significativa que justifica a ambição entre o PSD e do PS, é que há duas modalidades de custos controlados, uma é a modalidade da Câmara tentar com um privado, num terreno cedido pelo Município, venha a construir mais barato e possa vender as habitações mais baratas dentro de um escalão de rendimento de 1700 euros, mas há uma outra possibilidade que é a da Câmara assegurar ao promotor privado a compra de um determinado número de habitações para fazer face às carências dos mais necessitados. Isso não está aqui previsto e o PSD entende que devia estar. Os motivos que levariam a isso são as famílias desestruturadas e pelo que se vê no relatório não há limitações que possam assegurar esta situação. -

**Manuel Monteiro (PS):** Estamos a falar de habitação a custos controlados não estamos a falar de habitações unifamiliares, portanto a construção nas freguesias a ser a custos controlados viáveis tinha de ser em propriedade horizontal. Não estou a ver que qualquer freguesia quisesse um prédio três andares. Agora, provavelmente não causariam a violação do PDM, mas, de qualquer maneira estávamos a falar de duas situações distintas, uma, são um conjunto de habitações correspondentes a agregados familiares que foram identificados pelos Serviços de Ação Social do Município e que têm diversas composições de agregados familiares e que na página 59, como dizia, tem uma estimativa de custos e o primeiro direito que é um dos direitos a concretizar da habitação, que envolverá uma candidatura dos próprios. O que a Câmara fez na Estratégia Local de Habitação foi o elencar da estimativa dos custos. Na questão da habitação a custos controlados que o sr. Presidente disse de forma clara que estava em condições de iniciar ou de ultimar o caderno de encargos e vos convidou a integrar o projeto de regulamento e aí sim, poderão eventualmente incluir um ou dois andares ou habitações para situações de premente necessidade habitacional, situação de violência doméstica, ou



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de outra natureza que poderão eventualmente ser integradas, e que poderão, no limite, ser adquiridas pela Câmara pelo custo. Portanto isto são as de habitação a custos controlados, a custos controlados não são controlados só pela câmara, mas dentro das regras do IHRU. -----

E de facto a Estratégia Local de Habitação é uma estratégia bem delineada e que responde às necessidades. Agora repare numa coisa, onde é que se situam os terrenos disponíveis para construir em propriedade horizontal, nós discutimos isso quando falamos na UOPG (Unidade Operativa de Planeamento e Gestão) e , aí sim, estará discutir a integração naquela zona que o sr. presidente falou de 54 salvo erro ou 57 habitações. Penso que a câmara decidirá bem se pensar desta maneira, de que promoverá esta habitação a custos controlados de diversas tipologias e que possam integrar uma diversidade de arrendamento e de pessoas de vários estratos económicos e sociais, se quisermos, para não criarmos um gueto. -----

**José Augusto Sousa – PPD/PSD:** aquilo que eu disse, são três diferenças fundamentais, uma tem a ver com custos controlados, outra tem a ver com aquilo que é referido na pág. 59 das obras para pessoas carenciadas e só quem quiser manobrar aquilo que eu disse é que diz que eu estou confundido.-----

Relativamente aos preços controlados não está aqui no documento nenhuma situação em que a Câmara vá adquirir parte dessas habitações. Não está no documento essa situação e o PSD entende que já podia estar, como ação política, como ação social, como defesa das famílias. Estamos a aprovar um documento que devia integrar essa situação e não a integra. E aquilo que eu expliquei é que há duas formas de fazer a preços controlados. Uma é conforme está previsto no documento, o de pedir e entregar o terreno a um privado e o privado desenvolver o projeto e depois o regulamento para o qual nós fomos convidados a participar para a seguir, vender as habitações a preços perfeitamente definidos na lei. Outra situação possível, é negociar com o promotor, ou seja, está aqui o terreno para o projeto a preços controlados e eu garanto a compra de x habitações. E essa situação não está aqui declarada e devia estar com o objetivo de assegurar a habitação a famílias que de repente possam ficar destruturadas. Surge uma situação concreta e é preciso ter disponível uma habitação para uma pessoa que venha de outro concelho perante uma situação de violência doméstica, como está descrito nesta ELH, mas depois não concretiza e não tem habitação para isso. -----

Neste aspeto, aquilo que eu digo é que podia ser mais ambicioso. -----

**Tiago Cunha – Vice-presidente:** este documento é a Estratégia Local de Habitação para o concelho de Paredes de Coura, ou seja, é um meio para um fim. E a questão é, essencialmente, perceber para que fim. É um documento obrigatório para que as pessoas possam ter acesso a um programa que se chama “1º Direito”. Iremos fazer sessões de esclarecimento às pessoas para que possam fazer as candidaturas. -----

Foi articulado com todas as juntas de freguesia, com todas as instituições que fazem apoio social e possam identificar as condições de habitação indigna no concelho. Não sendo esgotado, como disse o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

senhor presidente, é um documento aberto que pode ser atualizado e vir a esta assembleia novamente. O que é fundamental neste documento é que se incluam as estratégias gerais em termos de habitação e, portanto, sem dúvida, teria de haver a menção à promoção da construção a custos controlados, ou seja, medidas e ações de implementação da Estratégia Local de Habitação de Paredes de Coura. Uma delas é a promoção de vinte e sete habitações a custos controlados. Temos é de ler o documento todo. E isto não é uma crítica. -----

A seguir, em outro ponto, identifica a questão dos beneficiários diretos do 1º direito, ou seja, o 1º direito está destinado as situações de habitação indigna e aos particulares que vão fazer as candidaturas, mas que não é a Câmara que as aprova e é preciso ter isso em conta. -----

Agora, se a Câmara não promovesse este documento, os particulares não poderiam fazer a candidatura. Vou dar um exemplo, nós tivemos o contacto da Secretaria de Estado a dizer: “olhe facultem o vosso documento porque temos câmaras que querem fazer uma coisa parecida e nós não sabemos como”. -----

Em relação à questão da habitação de custos controlados, porque é na vila e não noutra sítio; Bem, a questão do PDM é sempre um bom argumento, mas o essencial não esse, é que habitação a custos controlados faz-se se aproveitar o espaço diminuindo o custo, porque, caso contrário, não é custos controlados, mas descontrolados. Certamente que esta construção nas aldeias seria muito mais cara. A questão essencial é essa, mas eu admito uma coisa, é que todas as posições sejam defensáveis, temos é de ler o documento até ao final. -----

**Submetida à votação, a estratégia local de habitação do concelho de Paredes de Coura, foi aprovada, por unanimidade.**-----

**No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade aprovar esta parte da ata em minuta.**---

## INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

**Ponto n.º 09 - Intervenção do público.** -----

**O Presidente da Assembleia** explicou que nos termos do artigo 32º do Regimento da Assembleia Municipal, os pedidos de esclarecimento do público são sempre dirigidos à mesa e nunca em especial a qualquer membro da AM, grupo municipal ou Câmara Municipal e de que as questões apresentadas serão respondidas por escrito. -----

Interveio Manuel Maria Guilherme, que apresentou as seguintes questões:

1. Quando pensa deixar essa maldita ADAM, as Águas do Alto Minho? -----
2. Como já não pode dar prenda de Natal aos courenses prejudicados, se até ao dia 6 de janeiro consegue deixar a concessão -----
3. Porque é que nunca fomos ouvidos, porque somos pequeninos, mas não somos fracos e não temos medos de fortes, nem tenho medo daqueles que dizem que é o corpo que o paga. -----
4. Porque é que não receberam os cartões, no dia 8 de agosto, em que 685 pessoas votaram aqui em Coura, o cartão vermelho para o sr. Presidente, para a Câmara, para os autarcas, e que estão entregues a uma casa de confiança, lacrados e quando os quiserem receber, serão entregues. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nós temos depoimentos de três concelhos que não entraram nesta sociedade – Melgaço do PS; Monção do PSD e Ponde da Barca do PSD. Isto é um bocado esquisito politicamente. Nós sabemos alguma coisa, não somos assim tão parvos. Só quero que me digam quando querem deixar essa famigerada ADAM. Na parte da contabilidade e, vou só falar do meu caso, do meu estúdio, 4 metros cúbicos, € 103,90. Acham isso justo, senhor Presidente, mas há casos muito piores. E estivemos 4 meses fechados, fomos os primeiros a fechar devido à pandemia. Vocês têm prejudicado esta gente de Coura. E se alguém pensa que me pode levar a qualquer lado, não leva. Eu não acredito em políticos. Deixei de acreditar. E se há três anos deram cinco zero, eu lutei por eles. E é isso que me envergonha ainda mais, porque fomos traídos. Os courenses foram traídos, sr. Presidente. É triste. ---- Só quero que saiam, porque saiu Pena Cova, Mafra, Sintra, Cascais e tantos, tantos que têm saído dessas sociedades e passaram aos municípios. Estava tudo nas câmaras. A luz era portuguesa, agora é chinesa.-----

O Sr. Presidente falou que a água era do Estado, falou dos 49%, é falso, a Câmara de Coura só tem 1,67%. 49% é da ADAM, 51% é das Águas de Portugal. Não venham enganar o povo. É triste. Metam a mão à consciência. -----

## ENCERRAMENTO

----- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente e pelas secretárias. -----